**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Sistema de Registro de Preços**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

(COMPRAS)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**PREGÃO SRP Nº 28/2018**

(Processo Administrativo n.° 23065.041102/2018-63)

1. **DO OBJETO**
   1. Aquisição de gases para o IQB**,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO/ ESPECIF.** | **UNIDADE**  **DE**  **MEDIDA** | **QUANTIDADE**  **TOTAL** | ***VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL*** |
| **1** | **HÉLIO LÍQUIDO**  GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7. 24872 - Gás hélio, gás comprimido não inflamável, incolor e inodoro, peso molecular 4.00, fórmula He, ponto de ebulição a 10 psig: -268,9°C, ponto máximo de congelamento a 10 psig: não aplicável, pureza mínima 99,0%. Cil Cap 2,80 - 8,50 m3. | METROS CÚBICOS | 600 | R$ 203,67 |
| **2** | **NITROGÊNIO LÍQUIDO**  Gás comprimido, nome nitrogênio líquido, aspecto físico incolor, inodoro, altamente refrigerado, fórmula química n2, massa molecular 28,96, grau de pureza teor mín. 99,5% v/v, característica adicional uso industrial, número de referência química cas 7727-37-9. | METROS CÚBICOS | 6.386 | R$ 29,35 |

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. Os gases criogênicos solicitados, Hélio Líquido e Nitrogênio Líquido, serão destinados a atender ao Núcleo de Análises e Pesquisas em Ressonância Magnética Nuclear do Instituto de Química e Biotecnologia (NAPRMN/IQB), que realiza análises de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) de diversas amostras de diferentes unidades acadêmicas da UFAL, tais como: Instituto de Química e Biotecnologia (IQB), Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS), Escola de Enfermagem e Farmácia (ESENFAR). Centro de Ciências Agrárias (CECA), Instituto de Física (IF) e Centro de Tecnologia (CTEC).
   2. Os materiais são necessários para a manutenção e funcionamento de dois aparelhos de RMN que a Universidade Federal de Alagoas possui hoje, pois os mesmos contem magnetos supercondutores que necessitam ser resfriados à temperatura 4K (-269Cº), que somente será alcançada com os magnetos imersos em Hélio Líquido, material de alto custo, produzido de modo não sustentável ambientalmente e que passa rapidamente para o estado gasoso à temperatura ambiente. É necessária a reposição a cada três/quatro meses do Hélio Líquido perdido. São previstas 4 recargas de Hélio Líquido nos dois aparelhos no decorrer de um ano, totalizando o volume necessário do item de 600m³. Cada recarga possui o volume total de 150m³, sendo utilizado 75m³ para cada equipamento.
   3. Já para Nitrogênio Líquido, são previstas recargas semanais, com aproximadamente 51m³ para cada equipamento, totalizando 103m³ por semana. Levando-se em consideração possíveis perdas em maior quantidade, por evaporação do Nitrogênio Líquido em períodos mais quentes do ano, sendo necessário um volume maior para recarregar completamente os equipamentos, contabilizamos o total de 6386m³ para o ano. O Nitrogênio Líquido deve ser adquirido, pois sem sua presença, a perda do Hélio Líquido será extremamente rápida, sendo necessária recarga semanal do Hélio Líquido, o que torna inviável economicamente a manutenção dos equipamentos, devido ao alto custo do Hélio.
   4. Caso as recargas não sejam feitas nos prazos estimados, há o risco da inativação do supercondutor do magneto. Para reativar cada um dos aparelhos de RMN seriam necessários em torno de R$ 180.000,00 para recuperação do magneto supercondutor, mais o custo com a assistência técnica autorizada em torno de R$ 30.000,00.
   5. Atualmente, a Universidade Federal de Alagoas é o único a dispor de equipamentos de ressonância magnética deste tipo no estado, sendo o aparelho semelhante mais próximo encontrado na Universidade Federal de Pernambuco.
   6. Para realizar uma análise de RMN é cobrado em torno de R$ 100,00 a hora de uso do equipamento, de acordo com tabela de preços da Central Analítica do Instituto de Química de São Carlos – SP. Além do custo financeiro, há também o tempo necessário para realização dessas análises, pois além do transporte das amostras, muitas vezes em condições especiais, há grandes filas de espera, pois são poucos equipamentos no Brasil para atender as pesquisas e às necessidades das indústrias do país.
2. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005**.**
3. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
   1. O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, no Núcleo de Análises e Pesquisa em Ressonância Magnética Nuclear da Universidade – Campus A. C. Simões, no endereço Av. Lourival de Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, CEP 57072-970, telefone (82) 3214-1709, de segunda a sexta feira no horário das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.
      1. A previsão para entrega das parcelas, dentro de 12 meses de validade da Ata de Registro de Preços é a seguinte: para o item Hélio Líquido serão 4 entregas de 150m³, uma a cada três ou quatro meses, a depender das perdas do material no equipamento; já para o item Nitrogênio Líquido a previsão de 1 entrega semanal, sendo necessário um número maior de entregas semanais de acordo com a redução do volume do material nos equipamentos. Esta redução maior tem relação direta com a temperatura ambiente, sendo que em períodos mais quentes do ano a volatilização dos materiais citados é maior.
   2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
   4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
4. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. São obrigações da Contratante:
      1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
      3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
      4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
      5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
   2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
   3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo validade;
      2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
      3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
      4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
6. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
7. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
8. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**
   1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
      1. O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
9. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Advertência por:
         1. atraso de até 5 (cinco) dias no fornecimento do(s) item(ns), ou na sua substituição quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo previsto para entrega do objeto;
      2. Multa:
         1. multa moratória diária de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) a partir do sexto dia de atraso, sobre o valor total do(s) item(ns) contratado(s), até o limite de180 (cento e oitenta) dias;
         2. multa compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial, a partir do 181º dia de atraso, ou na sua substituição, total ou parcial, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, ensejando, se couber, a anulação do empenho, a rescisão do contrato e o cancelamento da ata de registro de preços;
         3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
         4. as multas serão recolhidas no prazo de 5 dias úteis após a notificação, por meio de GRU. Não surtindo resultado, poderá ser convertida em impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme preceitua o art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a ser apurado e decidido em processo administrativo;
      3. Suspensão de licitar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no caso de inexecução parcial do contrato, a ser apurado e decidido em processo administrativo;
         1. Poderá ser aplicada suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, diante de caso de reiteração de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros
      4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da multa e das cominações legais, nos casos de:
         1. ensejar retardamento da execução de seu objeto: entre 2 (dois) anos e 2 (dois) anos e 6 (seis) meses;
         2. não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato: entre 2 (dois) anos e 6 (seis) meses e 4 (quatro) anos;
         3. não executar os serviços ou entrega de material objeto da licitação: 5 (cinco) anos;
         4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: até 5 (cinco) anos;
      5. O licitante ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil (indenização por danos morais) e criminal (detenção de 6 meses a 2 anos e multa art. 138 do Código Penal), à sanção de impedimento de licitar, pelo prazo de até 05 anos, se ocasionar eventos que denigram ou caluniem equipe técnica e pregoeiro, bem como pessoas que as integram, inclusive em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes, ou a apresentação de provas infundadas, na sessão do certame (via chat, email, telefone ou outros meios) e/ou em processo administrativo instaurado.
      6. Casos fortuitos, omissos ou de força maior serão avaliados e decididos pela Comissão de Penalidades de acordo com o grau da infração cometida.
      7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
      8. Para fins de dosagem da sanção, serão avaliados a gravidade da infração e os antecedentes do fornecedor no âmbito da Administração Pública Federal;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
      1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

*Maceió-AL*, 10 de Janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável